

Diário do Acionista

ANO VIII • Edição simultânea: Rio de Janeiro e São Paulo • Quinta-feira, 18 de abril de 2024 • Nº 1786 • R\$ 1,00

www.diariodoacionista.com.br

IBC-Br

Atividade econômica sobe 0,4% em fevereiro

O Índice de Atividade Econômica do BC (IBC-Br) aumentou 0,4% de janeiro para fevereiro, informou o Banco Central nesta quarta-feira. O indicador é considerado uma prévia do Produto Interno Bruto (PIB, a soma dos bens e serviços produzidos no país). Tendo como recorte o tri-

mestre encerrado em fevereiro deste ano, o resultado é também de alta de 1,23%. A comparação é dessazonalizada, que desconsidera diferenças de feriados e de oscilações da atividade econômica, típicas de determinadas épocas do ano. Se comparada a fevereiro de 2023, a variação ob-

servada resultou em uma alta de 2,59%. E nos 12 meses acumulados de março de 2023 a fevereiro de 2024, a alta está em 2,34%. A comparação observada entre os trimestres encerrados em fevereiro de 2024 e fevereiro de 2023 tem como resultado um crescimento de 2,35%. **PÁGINA 2**

CRIMES AMBIENTAIS

2024/2028

Pecuarista pode ter de pagar R\$ 5 bi em multas

O pecuarista Claudecy Oliveira Lemes ficou em silêncio durante depoimento virtual realizado na terça-feira passada pela Polícia Civil de Mato Grosso. Ele é acusado de ter gastado mais de R\$ 25 milhões em ações de desmate químico, em áreas que totalizam 81 mil hectares no Pantanal mato-grossense. Segundo o Ministério Público do Mato Grosso, Claudecy terá que pagar R\$ 5,2 bilhões entre multas aplicadas pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e valorização do dano ambiental, considerado o maior já registrado no Estado mato-grossense. Ele também já foi alvo de outras ações judiciais que resultaram na indisponibilidade de 11 fazendas, na apreensão judicial dos animais dessas propriedades e no embargo das áreas afetadas. De acordo com as investigações, os crimes ambientais de uso irregular de agrotóxicos em área de vegetação nativa teriam sido praticados em imóveis rurais de propriedade de Claudecy, no município de Barão de Melgaço. **PÁGINA 5**

Bird e IFC anunciam investimento de mais de US\$ 7 bi ao ano no País

EDILSON RODRIGUES/DIVULGAÇÃO



O Grupo Banco Mundial (GBM) anunciou investimentos de mais de US\$ 7 bilhões ao ano no Brasil entre 2024 e 2028, por meio do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e da Corporação Financeira Internacional (IFC), envolvendo ainda a Agência Multilateral de Garantia de Investimentos (MIGA). Os investimentos estarão atrelados às estratégias de economia inclusiva e verde no Ama-

zona e em outros biomas brasileiros. "O objetivo geral da estratégia é ajudar o Brasil a construir uma economia mais produtiva, mais inclusiva e mais verde, incluindo na Amazônia e em outros biomas importantes, ao mesmo tempo que apoia, de forma sistemática, a governança institucional e a redução das disparidades raciais e de gênero", diz Johannes Zutt (foto), diretor do Banco Mundial para o Brasil. **PÁGINA 2**

ATAQUE AO MST

SUPER-RICOS

Câmara quer acelerar projeto para retomar terra

PÁGINA 5

Haddad espera acordo do G20 até novembro

Grupo que reúne as 20 maiores economias do planeta, a União Europeia e a União Africana, o G20 pode chegar a um acordo sobre a taxação de super-ricos até novembro, disse ontem o ministro da Fazenda, Fernando Haddad. Em viagem aos Estados Unidos, o ministro disse que o

governo do presidente Joe Biden apoia a medida, proposta pelo Brasil, que exerce a presidência do G20 até novembro deste ano. "Podemos, em julho, e depois, em novembro, soltar um comunicado político com um consentimento dos membros do G20", diz Haddad. **PÁGINA 2**

ORÇAMENTO

CONGRESSO

Governo inclui despesa extra permitida pelo arcabouço

PÁGINA 2



LULA MARQUES/ABRASIL

Moraes vai ao Senado e defende regulamentação das redes sociais

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes (foto) defendeu a regulamentação das redes sociais durante a sessão de apresentação do anteprojeto de reforma do Código Civil, realizada no plenário do Senado ontem. O magistrado afirmou, em discurso, que "éramos felizes e não sabíamos" antes das plataformas digitais. A responsabilização jurídica das empresas é um dos temas abordados na proposta de nova redação do código. Antes da sessão, Moraes se encontrou com o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL). **PÁGINA 5**

INDICADORES

IBOVESPA: -0,17% / 124.171,15 / -217,47 / Volume: R\$ 47.712.315.498 / Negócios: 4.301.211						Bolsas no mundo			Salário mínimo	R\$ 1.412,00	IGP-M	-0,47% (mar.)	EURO turismo				
Majores Altas						Majores Baixas			Mais Negociadas			Ufir	R\$ 4,3329	IPCA	0,16% (mar.)	Compra: 5,6497	Venda: 5,8297
Preço	%	Oscil.	Preço	%	Oscil.	Preço	%	Oscil.	Dow Jones	37.753,31	-0,12	Taxa Selic	11,25%	CDI	11,15%	Compra: 5,2469	Venda: 5,2434
CSNMINERACAOON N2	5,200	+5,48	+0,270	MARFRIG ON NM	9,72	-6,45	-0,67	IBOVESPA IBO	124140,00	-3,15	-4037,00	(01/02)	0,6022%	OURO	R\$ 399,86	Compra: 5,2428	Venda: 5,2434
LWSA ON NM	5,03	+3,71	+0,18	CVC BRASIL ON NM	1,88	-5,05	-0,10	VALE ON NM	62,11	+1,09	+0,67	Poupança 3	0,6022%	BM&F/grama	R\$ 399,86	Compra: 5,2428	Venda: 5,2434
VAMOS ON NM	7,660	+2,54	+0,190	BRF SA ON NM	17,07	-3,99	-0,71	PETROBRAS PN N2	39,78	+0,73	+0,29	TR	0,1017%	EURO Comercial	R\$ 399,86	Compra: 5,2698	Venda: 5,4498
TOTVS ON NM	27,09	+2,38	+0,63	EZTEC ON NM	13,60	-4,43	-0,63	ITAUNIBANCOPI N1	31,69	+0,06	+0,02	(18/04)					
MRV ON NM	6,64	+1,22	+0,08	HYPERA ON NM	28,30	-3,81	-1,12	B3 ON NM	11,24	-0,79	-0,09						

MERCADOS



Com foco no BC, Bolsa cai 0,17%, em baixa pelo 6º dia

LUÍS EDUARDO LEAL/AE

A Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) não conseguiu sustentar recuperação ontem, estendendo a série negativa pela sexta sessão - a maior desde a longa correção entre 1º e 17 de agosto. Ontem, fechou em baixa de 0,17%, a 124.171,15 pontos, como ontem no menor nível de encerramento desde 14 de novembro (123,1 mil). Entre a mínima e a máxima, oscilou de 123.641,94 a 125.300,97 pontos, saindo de abertura a 124.388,62 pontos. O giro foi reforçado pelo vencimento de opções sobre o índice, a R\$ 47,6 bilhões. Na semana, o Ibovespa cai 1,41% e, no mês, cede 3,07%. No ano, recua 7,46%.

No exterior, o dia foi marcado por ajuste nos preços do petróleo, com o Brent em retração de 3%, abaixo de US\$ 88 por barril, em Londres.

Ainda que o Ibovespa (Índice Bovespa) tenha contado com o apoio de Petrobras (ON +0,15%, PN +0,73%) e especialmente do setor metálico (Vale ON +1,09%, Gerdau PN +0,4%, CSN ON +1,06%), o índice operou no negativo ao longo da tarde, renovando mínimas da sessão abaixo dos 124 mil a partir das 13h16. No

pio momento, foi a 123,6 mil, abaixo da mínima intradia de ontem, que havia sido a menor desde 16 de novembro.

Ontem, o índice foi contido em especial pelas ações de grandes bancos, mas o desempenho do setor melhorou um pouco do meio para o fim da tarde, com Banco do Brasil (ON +0,21%) e Itaú (PN +0,06%) tendo oscilado para o positivo, reduzindo a pressão sobre o Ibovespa. Na ponta ganhadora da carteira, destaque para CSN Mineração (+5,48%), Locaweb (+3,71%) e Vamos (+2,54%). No lado oposto, Marfrig (-6,45%), CVC (-5,05%) e Ectec (-4,43%).

DÓLAR CAI 0,47%

Após cinco pregões consecutivos de alta, período em que acumulou valorização de 5,21%, o dólar à vista recuou na sessão de ontem. O dólar à vista operou em baixa no restante do pregão. Com mínima a R\$ 5,2198 por volta das 15h45, a divisa encerrou o pregão em queda de 0,47%, cotada a R\$ 5,2439 - ainda nos maiores níveis desde março de 2023. Apesar do refresco ontem, o dólar acumula valorização de 4,56% em abril.

IBC-Br

Atividade econômica avança 0,4% em fevereiro

PEDRO PEDUZZI/ABRASIL

Índice de Atividade Econômica do BC (IBC-Br) aumentou 0,4% de janeiro para fevereiro, informou o Banco Central nesta quarta-feira. O indicador é con-

siderado uma prévia do Produto Interno Bruto (PIB, a soma dos bens e serviços produzidos no país).

Tendo como recorte o trimestre encerrado em fevereiro deste ano, o resultado é também de alta de 1,23%. A comparação é

dessazonalizada, que desconsidera diferenças de feriados e de oscilações da atividade econômica, típicas de determinadas épocas do ano.

Se comparada a fevereiro de 2023, a variação observada resultou em uma alta de 2,59%. E

nos 12 meses acumulados de março de 2023 a fevereiro de 2024, a alta está em 2,34%.

A comparação observada entre os trimestres encerrados em fevereiro de 2024 e fevereiro de 2023 tem como resultado um crescimento de 2,35%.

2024/2028

Bird e IFC anunciam investimentos de mais de US\$ 7 bi ao ano no Brasil

CYNTHIA DECLOEDT/AE

O Grupo Banco Mundial (GBM) anunciou investimentos de mais de US\$ 7 bilhões ao ano no Brasil entre 2024 e 2028, por meio do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e da Corporação Financeira Internacional (IFC), envolvendo ainda a Agência Multilateral de Garantia de Investimentos (MIGA).

Os investimentos estarão atrelados às estratégias de economia inclusiva e verde no Amazona e em outros biomas brasileiros.

Durante o período da nova estratégia, a expectativa é que os empréstimos do BIRD atinjam uma média de cerca de US\$ 2 bilhões ao ano, e que o financiamento da IFC exceda US\$ 5 bilhões ao ano, incluindo recursos

próprios e mobilização de recursos de terceiros. As garantias da MIGA também devem aumentar.

De acordo com comunicado distribuído ontem, os investimentos foram definidos de acordo com a nova parceria estratégica endossada na semana passada com o governo brasileiro e dentro do Plano Plurianual 2024-2027 e do Plano de Transformação Ecológica (PTE) do GBM.

Do lado do governo brasileiro, estão envolvidos os Ministérios da Fazenda e do Planejamento e Orçamento. A estratégia foi desenvolvida em consulta com representantes de estados e municípios, do setor privado, do setor acadêmico, da sociedade civil, de povos indígenas e de grupos de afro-brasileiros, além de outros parceiros de desenvol-

vimento, de acordo com o GBM.

"O objetivo geral da estratégia é ajudar o Brasil a construir uma economia mais produtiva, mais inclusiva e mais verde, incluindo na Amazônia e em outros biomas importantes, ao mesmo tempo que apoia, de forma sistemática, a governança institucional e a redução das disparidades raciais e de gênero", diz Johannes Zutt, diretor do Banco Mundial para o Brasil.

Segundo ele, as atividades do banco se concentrarão na promoção do aumento da produtividade e do emprego, na inclusão das populações pobres e desfavorecidas e numa economia mais verde e menos vulnerável aos choques climáticos.

De acordo com o GBM, a estratégia intensifica os esforços existentes, como o Memorando de Entendimento com o BID,

assinado em agosto de 2023, e os debates com o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) para apoiar a implementação do Fundo Clima. Também prevê engajamento com novos parceiros, como a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), e vários bancos e entidades brasileiras, como a Embrapa.

Além disso, a IFC e o BID Invest lançaram a Rede Financeira para a Amazônia durante a COP28, juntamente com 24 signatários fundadores, para mobilizar capital, compartilhar conhecimentos sobre soluções de financiamento inovadoras e criar sinergias com o setor público para gerar oportunidades de emprego por meio de micro, pequenas e médias empresas (MPMEs) na Amazônia.

SUPER-RICOS

Haddad espera acordo do G20 até novembro

WELTON MÁXIMO/ABRASIL

Grupo que reúne as 20 maiores economias do planeta, a União Europeia e a União Africana, o G20 pode chegar a um acordo sobre a taxa de super-ricos até novembro, disse ontem o ministro da Fazenda, Fernando Haddad. Em viagem aos Estados Unidos, o ministro disse que o governo do presidente Joe Biden apoia a medida, proposta pelo Brasil, que exerce a presidência do G20 até novembro deste ano.

"Podemos, em julho, e depois, em novembro, soltar um comunicado político com um consentimento dos membros do G20 dizendo que, sim, essa proposta precisa ser analisada, tem precedência e que vale a pena, ao longo de três ou quatro anos, nos debruçarmos sobre ela para ver sobre o que nós estamos falando", disse o ministro, em entrevista coletiva ao lado do ministro das Finanças francês, Bruno Le Maire.

Apesar do aparentemente entrosamento, o ministro da Fazenda disse ser necessário que os países do G20 tratem o assunto como prioridade nos próximos anos. Segundo Haddad, é preciso haver coordenação internacional porque a taxa de super-ricos é um país seria ineficaz e criaria conflitos de interesse. "Se algum país achar que vai resolver esse tipo de injustiça sozinho, ele vai ser prejudicado por uma espécie de guerra fiscal entre os Estados nacionais", advertiu o ministro.

Em relação ao engajamento de outros países, Haddad citou o governo do presidente Joe Biden como potencial aliado. "Especificamente, a administração Biden tem dado sinais

claros de que algo precisa ser feito [sobre a taxa de super-ricos]. Ou no plano doméstico, ou no plano internacional", afirmou.

Sobre o Brasil, o ministro da Fazenda disse ser necessária vontade política para que a proposta avance. De acordo com Haddad, o comunicado conjunto do G20 deverá ter três eixos: o intercâmbio de dados entre os países; o apoio técnico da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE); e um prazo curto para implementação das medidas, que mostre o compromisso dos países com a taxa de super-ricos.

O ministro francês Bruno Le Maire disse concordar com a necessidade de aprovação da medida. "Essa é apenas uma questão de vontade política e de determinação política", declarou.

ENDIVIDAMENTO

De manhã, Haddad disse que o mundo pode estar à beira de uma nova crise de endividamento, após os gastos com a pandemia de covid-19 e a alta da inflação no planeta. Em evento do G20 de combate à pobreza e à fome, ele afirmou que nenhum país conseguirá superar o problema isoladamente. Segundo o ministro, a taxa de super-ricos é essencial para reduzir a dívida.

"As conversas sobre tributação estão explorando formas inovadoras de fazer com que super-ricos paguem sua justa cota de impostos, contribuindo, assim, para ampliar o espaço fiscal adicional para a implementação de políticas públicas contra a fome e a pobreza", declarou o ministro.

ORÇAMENTO

Governo inclui despesa extra permitida pelo arcabouço

DANIEL WETERMAN

O governo do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, inclui um gasto extra autorizado pelo arcabouço fiscal na previsão do Orçamento de 2025, mas com uma trava para o uso do dinheiro. Um dispositivo incluído no Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) prevê que o aumento de até R\$ 15,7 bilhões em despesas programadas para este ano só possa se repetir no ano que vem se o crescimento da arrecadação estimada acontecer de fato.

O arcabouço fiscal autoriza o governo a abrir um crédito de R\$ 15,7 bilhões em 2024 para gastos extras caso a projeção de receita para o ano seja mais elevada do que o inicialmente estimado.

Atualmente, essa despesa só pode ser feita depois do final de maio e ainda precisa ser aprovada pelo Congresso. Um projeto aprovado pela Câmara na semana passada, porém, antecipa essa abertura e autoriza o governo Lula a gastar esse dinheiro imediatamente por decreto, sem aprovação do Legislativo.

O gasto extra em 2024 pode virar permanente e entrar no Orçamento de 2025. Mas, se a arrecadação for menor do que o esperado atualmente, o gasto precisa ser cortado no ano que vem, de acordo com a lei atual do arcabouço.

O projeto aprovado pela Câ-

mara abre uma margem para que essa "punição" seja vetada ou simplesmente ignorada e abriu uma preocupação no mercado financeiro. A antecipação foi aprovada por meio um "jabuti" - medida estranha - em um projeto sobre o Seguro DPVAT.

O projeto da LDO mantém a possibilidade do gasto extra em 2025, facilitando o uso do recurso ao colocá-lo no Orçamento, mas coloca uma trava a mais para o uso do dinheiro no ano que vem.

O governo não incluiu o valor no cálculo do limite de despesas do Orçamento de 2025. Além disso, o montante só poderá ser usado se o crescimento da arrecadação de 2024 for realmente igual à estimativa que justificou o gasto extra neste ano - o que só poderá ser comprovado no final de janeiro de 2025. Ou seja, se o governo não conseguir esse aumento de arrecadação, o dinheiro ficará travado, sem possibilidade de uso.

TRAVA É OPCIONAL

O potencial de efeitos do dispositivo, no entanto, é limitado. A medida permite que o gasto seja incluído no Orçamento, ainda que fique "pendurado" à espera de arrecadação, e facilita o uso do dinheiro sem necessidade de aprovar um novo projeto no Orçamento para colocar esse gasto nas contas em 2025, favorecendo o governo se ele quiser

gastar mais no próximo ano.

Além disso, a trava é opcional e terá de ser confirmada pelo Executivo no envio do projeto de Orçamento para 2025, que deve ser encaminhado para o Congresso no fim de agosto, e na aprovação da peça orçamentária pelo Legislativo, com previsão para dezembro.

O texto do projeto das LDO esclarece que os recursos "podem" ser condicionados à comprovação de arrecadação, ou seja, o dispositivo não é obrigatório, mas sinaliza um caminho traçado pela equipe econômica.

"O problema foi antecipar os R\$ 15,7 bilhões em 2024. A antecipação mostra que não existe nenhum esforço para evitar o aumento de gasto. Se o objetivo é esse, qualquer buraco que o governo consiga encontrar na legislação para gastar, ele vai tentar, mesmo condicionando à receita", avalia o economista-chefe da Genial Investimentos, José Márcio Camargo.

Ao enviar o projeto da LDO, o governo justificou a proposta por escrito. Mensagem assinada pela ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, diz que a medida foi elaborada para dar transparência e previsibilidade ao Orçamento em 2025. Em outras palavras, a equipe econômica do governo só quer executar esse gasto extra no ano que vem se tiver dinheiro em caixa.

IMPOSTO

Senado aprova isenção de IR para até dois mínimos

SABRINA CRAIDE/ABRASIL

O Senado aprovou ontem o projeto de lei que corrige a tabela do Imposto de Renda, aumentando a isenção para quem recebe até dois salários mínimos por mês. O texto já foi aprovado pela Câmara dos Deputados e irá à sanção presidencial. O PL 81/2024 reajusta para R\$ 2.259,20 o limite de renda mensal que não precisa pagar Imposto de Renda. A lei que instituiu a nova política de valorização do salário mínimo, de 2023, autoriza um desconto sobre o imposto de 25% sobre o valor do limite de isenção, no caso, R\$ 564,80, valor que somado a R\$ 2.259,20 resulta em R\$ 2.824, o que corresponde ao valor de dois salários mínimos.

Em seu relatório, o senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP) disse que o objetivo da proposição é parear a incidência tributária com a política de valorização do salário mínimo e, assim, evitar sua desidratação. Segundo ele, o Poder Executivo tem apresentado várias propostas para modernizar o Imposto de Renda e torná-lo mais justo. O líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA), admitiu que o valor aprovado não é o desejável pelo governo, mas reafirmou que há intenção de ampliar a faixa de isenção.

Diário do
Acionista

www.diariodoacionista.com.br

Administração, redação e departamento comercial

Rio de Janeiro

Av. Presidente Vargas, 962, sala 908
Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002
Tel.: (21) 99122-4278-Claro

São Paulo

Rua Olimpíadas, 205 - 4º andar
Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000
Tel.: (11) 2655-1899

Administração - Redação

CESAR FIGUEIREDO - Diretor

FELIPE SOARES - Diretor

PAULO DETTMANN - Editor Chefe

HAROLDO PAULINO - Diagramação

redacaodiariodoacionista@gmail.com

PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br

REDAÇÃO: diariodoacionista@gmail.com

SERVIÇOS NOTICIOSOS: Agência Estado e Agência Brasil

ANJ ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNALIS



ACESSE NOSSO SITE

INBRANDS INDÚSTRIA DE ROUPAS S.A.

CNPJ/MF nº 06.368.154/0001-17

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2023

Senhores Acionistas: Atendendo disposições legais e estatutárias, temos a satisfação de apresentar e submeter à apreciação, os Balanços Patrimoniais e Demonstrações dos Resultados referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023. Rio de Janeiro (RJ), 18 de Abril de 2024.

BALANÇOS PATRIMONIAIS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de reais)			
	Notas	2023	2022
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	20	151
Contas a receber	7	108.432	102.984
Estoques	8	51.625	68.328
Impostos a recuperar	9	25.449	11.931
Outros ativos		55	106
Total do ativo circulante		185.581	183.500
Não circulante			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10.a	2.539	2.295
Depósitos judiciais		-	10
Impostos a recuperar	9	-	29.849
Partes relacionadas	11	-	-
Imobilizado	12	160	164
Total do ativo não circulante		2.699	32.318
Total do ativo		188.280	215.818

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de reais)							
Notas	Capital social	Reserva Especial de ágio	Reserva de lucros		Lucros/prejuízos acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Patrimônio líquido
			legal	de lucros			
Saldos em 1º de janeiro de 2022	44.419	29.960	5.269	39.118	-	(11.817)	106.949
Constituição de reserva legal	-	-	2.346	-	(2.346)	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	46.922	-	46.922
Retenção para reserva de lucro	-	-	-	44.576	(44.576)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	44.419	29.960	7.615	83.694	-	(11.817)	153.871
Lucro líquido do exercício	15	-	-	(514)	-	-	(514)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	44.419	29.960	7.615	83.180	-	(11.817)	153.357

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2023 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL: A Inbrands Indústria de Roupas S.A. ("Inbrands Indústria") tem por objetivo a atuação na confecção de roupas e no comércio atacadista de artigos do vestuário e seus acessórios, de roupas e outros fins. **2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS:** a) Declaração de conformidade e base de elaboração: As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), que compreendem as disposições da legislação societária brasileira previstas na Lei 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos contábeis, orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidos pelo "International Accounting Standards Board (IASB)". A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração na sua gestão, conforme aplicação da orientação técnica OCPC 7 - Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral. b) Base de mensuração: As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis (nota explicativa nº 3). O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. c) Moeda funcional e moeda de apresentação: As demonstrações financeiras são apresentadas em Real (R\$), que é a moeda funcional da Companhia, representando o principal ambiente econômico no qual as empresas atuam. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. d) Transações e saldos em moeda estrangeira: As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os saldos das contas de balanço são convertidos pela taxa de câmbio vigente na data de encerramento de cada período de relatório. Os ganhos e as perdas de variação cambial resultante da liquidação dessas transações e da conversão de ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconhecidos no resultado do exercício. e) Segregação entre circulante e não circulante: Com exceção dos impostos diferidos, a Companhia efetuou a segregação de itens patrimoniais em circulante quando se espera que seja realizado até doze meses após a data das demonstrações financeiras. **3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS:** As principais práticas contábeis, descritas a seguir, foram aplicadas de forma consistente para todos os exercícios apresentados nas demonstrações financeiras da Companhia: a) Reconhecimento de receita: O CPC 47 / IFRS 15 - Receita de Contratos de Clientes estabelece um modelo que busca evidenciar se os critérios para a contabilização foram ou não atendidos. São definidos pela norma as seguintes etapas: i) A identificação do contrato com o cliente; ii) A identificação das obrigações de desempenho; iii) A determinação do preço da transação; iv) A alocação do preço da transação; e v) O reconhecimento da receita mediante o atendimento da obrigação de desempenho. Avaliando os aspectos acima descritos, as receitas deverão ser registradas pelo valor que reflete a expectativa que a Companhia espera ter direito no momento em que concluir a transferência de controle de bens ou serviços e satisfazer todas as obrigações performance previstas nos contratos junto a seus clientes. As receitas de vendas de mercadorias e os correspondentes custos são registrados, deduzindo de quaisquer estimativas de devoluções ou descontos comerciais. b) Imposto de renda e contribuição social: A despesa com Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL representa a soma dos impostos correntes e diferidos. **Impostos correntes:** A provisão para IRPJ e CSLL está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão é calculada individualmente por empresa com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício. Na Companhia, a provisão para IRPJ foi constituída à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240. A provisão para CSLL foi constituída à alíquota de 9% sobre o lucro tributável. **Impostos diferidos:** O IRPJ e a CSLL diferidos ("impostos diferidos") são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no fim de cada exercício entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável e sobre o saldo de prejuízos fiscais e base negativa, quando aplicável. A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no fim de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado. A apresentação dos valores de impostos diferidos é efetuada pelo valor líquido, a nível de entidade legal, sempre que aplicável. c) Dividendos: A proposta de distribuição de dividendos que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo circulante na rubrica "Dividendos a pagar", por ser considerada uma obrigação legal prevista no Estatuto Social da Companhia; entretanto, a parcela dos dividendos superior ao dividendo mínimo obrigatório, declarada pela Administração após o exercício contábil a que se referem as demonstrações financeiras, mas antes da data de autorização para emissão das referidas demonstrações financeiras, é registrada na rubrica "Dividendos adicionais propostos", no patrimônio líquido. d) Imobilizado: Registrado ao valor de custo de aquisição ou construção, deduzido de depreciação e, quando aplicável, perda por redução ao valor de recuperação. Esse custo inclui os custos de financiamentos para projetos de construção de longo prazo se os critérios de reconhecimento forem atendidos. A depreciação inicia-se quando da abertura da loja e do início de sua utilização. Os terrenos não sofrem depreciação. A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, conforme taxas demonstradas na nota explicativa nº 12. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no fim do exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado pela diferença entre os valores recebidos na venda, deduzidos os custos como venda, e o valor contábil do ativo. e) Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis: *i. Ativos financeiros (incluindo recebíveis):* Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda terá um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que possam ser estimados de maneira confiável. A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor pode incluir: o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido à Companhia sobre condições de que a Companhia não consideraria em outras transações; indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência; ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável. *ii. Ativos não financeiros:* Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não são estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos, são revisados a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso de ágio e ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é estimado todo ano. Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo exceder o seu valor recuperável. O valor recuperável de um ativo é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Nesta base, para efeitos destes testes, foi definido um conjunto de premissas de forma a determinar o valor recuperável dos principais ativos: f) Ativos e passivos financeiros não derivativos: *i. Reconhecimento e mensuração ativo financeiro não derivativo:* Os ativos financeiros são reconhecidos inicialmente e mensurados de acordo com a classificação dos instrumentos financeiros nas seguintes categorias: (i) custo amortizado; (ii) valor justo por meio de outros resultados abrangentes e (iii) valor justo por meio do resultado. A Companhia classifica os ativos financeiros de acordo com a norma CPC 48 / IFRS 9 através da avaliação do modelo de negócio no qual o ativo financeiro é gerenciado e suas características de fluxos de caixa contratuais. Os empréstimos, recebíveis e depósitos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros, inclusive os ativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a

BALANÇOS PATRIMONIAIS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de reais)			
	Notas	2023	2022
Passivo e patrimônio líquido			
Circulante			
Fornecedores		7.073	21.952
Obrigações Decorrente de Compra de Mercadoria e Serviços		873	8.795
Obrigações trabalhistas		807	884
Impostos a recolher	13	8.152	13.071
Contas a pagar		1.322	1.671
Dividendos a pagar		7.045	-
Parcelamento de tributos	14	3.316	2.274
Adiantamentos de Clientes		2	1
Total do passivo circulante		28.590	48.648
Não circulante			
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas		-	19
Parcelamento de tributos	14	6.333	6.235
Dividendos a pagar	11	-	7.045
Total do passivo não circulante		6.333	13.299
Patrimônio líquido			
Capital social	15	44.419	44.419
Reservas de lucros		108.938	109.452
Total do patrimônio líquido		153.357	153.871
Total do passivo e patrimônio líquido		188.280	215.818

Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A baixa de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. A Companhia avalia mensalmente as estimativas de perdas pela não realização de ativos financeiros. Uma estimativa de perda é reconhecida no resultado do exercício quando há evidências objetivas que não será possível receber todos os montantes a vencer ou vencidos. Os ativos financeiros estão classificados da seguinte forma: Custo amortizado: Caixa e equivalente de caixa e contas a receber (exceto Administradoras de Cartão de Crédito). Valor justo por meio do resultado: Instrumentos financeiros - hedge de valor justo. Valor justo por meio de outros resultados abrangentes: Administradoras de Cartão de Crédito. *ii. Reconhecimento e mensuração passivo financeiro não derivativo:* A Companhia reconhece um passivo financeiro na data em que são originados, são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, líquido aos custos da operação diretamente atribuíveis, conforme cada caso. Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são: empréstimos e financiamentos e contas a pagar a fornecedores. *iii. Mensuração subsequente:* A mensuração subsequente dos instrumentos financeiros é realizada a cada data do balanço de acordo com a sua classificação, conforme CPC 48 / IFRS 9 nas seguintes categorias: g) Ativos financeiros a valor justo por meio de outros resultados abrangentes: O ativo financeiro deve ser mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se ambas seguintes condições forem atendidas: (i) O ativo financeiro for mantido dentro do modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e (ii) Os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. h) Ativos e passivos financeiros a custo amortizado: O ativo financeiro ou passivo financeiro deve ser mensurado ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas: (i) O ativo ou passivo financeiro for mantido dentro do modelo de negócios cujo objetivo seja manter instrumentos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) Os termos contratuais do ativo ou passivo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos do principal e juros sobre o valor do principal em aberto. i) Ativos e passivos a valor justo por meio do resultado: O ativo e passivo financeiro deve ser mensurado ao valor justo por meio do resultado, a menos que seja mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. *j. Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge:* A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos para administrar a exposição ao risco de câmbio. Os instrumentos derivativos são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data de contratação e são posteriormente mensurados pelo valor justo no encerramento de cada exercício. Os ganhos ou perdas são reconhecidos imediatamente no resultado. *k. Caixa e equivalentes de caixa:* Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data da aplicação ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo auferidos na data de encerramento de cada período de relatório, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização. *l. Estoques:* Registrados pelo custo de aquisição ou produção de cada coleção, valorizados ao custo médio, quando aplicável, deduzidos de provisão para ajustá-los ao valor líquido de realização, quando este for inferior, ou para perdas de itens excessivos ou não realizáveis, mediante análises periódicas conduzidas pela Administração. *m. Contas a receber e provisão para créditos de liquidação duvidosa:* As contas a receber são registradas e mantidas nos balanços pelo valor nominal dos títulos e de cartões representativos desses créditos. As contas a receber de títulos a receber de clientes franqueados e multímarcas são monitoradas individualmente, sendo as perdas estimadas são calculadas com base na experiência real da perda de crédito histórica da Companhia, utilizando o percentual de inadimplência após o vencimento. Para as operações que envolvem as Administradoras de cartão de crédito, os valores são mensurados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes conforme requerido pelo CPC 48 / IFRS 09. As contas a receber de clientes são ajustadas a valor presente quando apresentarem vencimentos de longo prazo, ou, no curto prazo, possuírem efeitos materiais sobre as demonstrações financeiras tomadas em conjunto. *n. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas:* As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no fim de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. **4. NORMAS E INTERPRETAÇÕES VIGENTES:** **Novos pronunciamentos técnicos, revisões e interpretações:** As novas normas IFRS somente serão aplicadas no Brasil após a emissão das respectivas normas em português pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovação pelo Conselho Federal de Contabilidade.

5. PRINCIPAIS FONTES DE JULGAMENTO E ESTIMATIVAS: A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das práticas contábeis. As estimativas e premissas contábeis são continuamente avaliadas e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros consideradas razoáveis para as circunstâncias. As estimativas e premissas podem diferir dos resultados efetivos. Os efeitos decorrentes das revisões das estimativas contábeis são reconhecidos no resultado do exercício. a) Redução dos valores de recuperação dos ativos: Os itens do imobilizado e do ativo intangível com prazo de vida útil definida que apresentam indicadores de perda de seu valor recuperável, com base em fatores financeiros e econômicos e considerando o prazo de maturação dos investimentos, têm seus valores contábeis anualmente revisados, através de estudo detalhado para cada unidade geradora de caixa pelo cálculo do fluxo de caixa futuro descontado e pela utilização de taxa para desconto a valor presente, para assegurar que eventual provisão para perdas do valor contábil seja registrada no resultado do exercício analisado. b) Provisão para perdas com estoques: É estimada com base no histórico de perdas e analisada para cada grupo dos estoques. c) Provisão para créditos de liquidação duvidosa: A perda estimada em crédito é constituída com base na análise periódica da carteira de clientes, em montante considerado suficiente para a Companhia, para fazer frente a eventuais perdas na realização dos créditos, para tanto a Companhia adota a política interna baseada nos históricos de realização da carteira de clientes. A metodologia avalia as estimativas de perdas das carteiras, atendendo os conceitos da norma internacional IFRS 09 / CPC 48. Nossa política define que as contas a receber de clientes franqueados e multímarcas são monitoradas individualmente. Para clientes franqueados com títulos vencidos há mais de 365 dias, a Companhia constitui provisão de 50%, e para títulos vencidos há mais de 540 dias, a Companhia constitui provisão de 100%. Para clientes multímarcas com títulos vencidos há mais de 180 dias, a Companhia efetua provisão de 50% e para títulos vencidos há mais de 360 dias, a Companhia constitui 100% de provisão. No caso de clientes que celebraram acordo de confissão de dívida, uma provisão de 100% é constituída para os títulos vencidos há mais de 720 dias, excluindo-se os clientes que possuem acordos de recebimento e se encontram adimplentes. d) Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas: As provisões constituídas para processos judiciais que representam perdas prováveis são estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda é amparada pela opinião dos assessores jurídicos internos e externos da Companhia. e) IRPJ e CSLL diferidos: O IRPJ e a CSLL ativos diferidos são calculados com base em estudos sobre a expectativa de realização do lucro tributável futuro e deduzido de todas as diferenças temporárias, anualmente revisado e aprovado pela Administração. As projeções dos resultados futuros consideram as principais variáveis de desempenho da economia brasileira, o volume e o preço das vendas e as alíquotas dos tributos. As estimativas e premissas contábeis são continuamente avaliadas e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros consideradas razoáveis para as circunstâncias. As estimativas e premissas podem diferir dos resultados efetivos.

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA:

	2023	2022
Bancos conta movimento	13	24
Aplicações financeiras (*)	7	127
Total	20	151

(*) As aplicações financeiras efetuadas pela Companhia são indexadas em CDI, possuem mercado de liquidez imediata e/ou prazo de vencimento inferior ou igual a 90 dias, com insignificante risco de alteração de valor em caso de resgate antecipado, os quais foram remunerados por taxas de 100% sobre a variação do CDI (de 100% em 31 de dezembro de 2022).

7. CONTAS A RECEBER:

	2023	2022
Títulos e faturas a receber	109.236	103.721
Provisão para créditos de liquidação duvidosa:	(804)	(737)
Total	108.432	102.984

O prazo médio de recebimento na venda de produtos no atacado ("títulos e faturas a receber") é de 164 dias (133 dias em 31 de dezembro de 2022). A exposição máxima ao risco de crédito nas datas de encerramento de cada período de relatório é o valor contábil de cada faixa de idade de vencimento dos títulos e das faturas a receber conforme demonstrado a seguir:

	2023	2022
A vencer:	86.741	97.229
Vencidos:		
Até 30 dias	21.496	1.728
De 31 a 60 dias	95	4.023
De 61 a 90 dias	2	7
De 91 a 180 dias	31	2
De 181 a 360 dias	132	3
Acima de 360 dias	739	729
Total	109.236	103.721

8. ESTOQUES:

	2023	2022
Matéria-prima	47.006	52.731
Estoque em poder de terceiros	4.520	15.334
Importação em Andamento	-	166
Produtos acabados	99	97
Total	51.625	68.328

9. IMPOSTOS A RECUPERAR:

	2023	2022
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS a recuperar	7.698	11.405
IRPJ/CSLL recolhido a maior - Precatório (i)	17.193	29.849
Outros impostos a recuperar	558	526
Total	25.449	41.780
Ativo circulante	25.449	41.780
Ativo não circulante	-	29.849
Total	25.449	41.780

(i) Em 11 de setembro de 2020 a controlada Inbrands Indústria obteve decisão favorável em Tribunal Regional Federal de ação judicial, que discutia o direito à exclusão da base de cálculo do IRPJ e da CSLL de créditos presumidos do ICMS do programa "RIO TEXTIL", caracterizados como subvenção, a partir de 2013, mas o valor em discussão não poderia ser estimado com a devida precisão, devido a fase de execução da sentença. Em fevereiro de 2021 a Procuradoria da Fazenda Nacional apresentou manifestação em face da execução de sentença, através da qual informa não apresentar impugnação em relação à restituição dos valores pagos em definitivo pela Inbrands Indústria S/A, a título de IRPJ e da CSLL, no montante de R\$ 14.493, dos quais R\$ 9.959 de principal registrados na rubrica

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de reais)			
	Notas	2023	2022
Receita operacional líquida	16	192.007	230.614
Custo das mercadorias vendidas e dos serviços prestados	17	(95.868)	(109.152)
Lucro bruto		96.139	121.462
Despesas operacionais		(96.313)	(81.699)
Vendas	17	(65.057)	(43.149)
Gerais e administrativas	17	(32.741)	(38.907)
Depreciações e amortizações	12	(20)	(33)
Outras receitas e (despesas) operacionais, líquidas		1.505	390
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro		(174)	39.763
Resultado financeiro		859	2.253
Despesas financeiras	18	(820)	(1.375)
Receitas financeiras	18	1.682	3.637
Variação cambial, líquida	18	(3)	(9)
Lucro (prejuízo) antes do IR e da CS		685	42.016
Imposto de renda e contribuição social		(1.199)	4.906
Correntes	10.b	(1.443)	5.230
Diferidos	10.b	244	(324)
Lucro (prejuízo) líquido do exercício		(514)	46.922

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de reais)

	Notas	2023	2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		685	42.016
Depreciações e amortizações	12	20	32
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	7	67	-
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas		(19)	-
Baixa de Parcelamento de Tributos - consolidação dos débitos RFB		-	(1.612)
Juros sobre parcelamento de impostos		664	1.161
Variação nos ativos e passivos operacionais:			
Contas a receber		(5.515)	(44.461)
Estoques		16.703	(11.436)
Impostos a recuperar		16.331	3.396
Créditos diversos		51	12
Depósitos judiciais		10	52
Fornecedores		(14.879)	6.316
Obrigações Decorrente de Compra de Mercadoria e Serviços		(7.922)	3.622
Salários, provisões e contribuições sociais		(77)	(61)
Impostos a recolher		(2.587)	6.239
Adiantamento de clientes		-	(7)
Contas a pagar		(348)	142
Adição de parcelamentos		2.684	-
Pagamento e baixa de parcelamento de tributos		(2.208)	(3.726)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(3.775)	(1.500)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		(115)	185
Fluxo de caixa das atividades de investimento:			
Adições do ativo im			

INBRANDS INDÚSTRIA DE ROUPAS S.A.

CNPJ/MF nº 06.368.154/0001-17

Imposto de renda e contribuição social corrente (resultado) e R\$ 4.534 de atualização monetária registrados na rubrica Outras Receitas Financeiras (resultado).

10. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS:	2023	2022
a) Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos (passivos):	2023	2022
IRPJ e CSLL sobre prejuízo fiscal e base negativa	-	-
Diferenças temporárias	2.539	2.295
Total	2.539	2.295
Ativo não circulante	2.539	2.295
Total	2.539	2.295
b) Conciliação da alíquota efetiva de IRPJ e CSLL:	2023	2022
Lucro (prejuízo) antes do IRPJ e da CSLL	685	42.016
Alíquota nominal vigente	34%	34%
Expectativa de (despesa) benefício do IRPJ e da CSLL	(233)	(14.285)
Adições permanentes, líquidas de exclusões	5.381	9.860
IR e CS diferidos sobre prejuízo fiscal não constituídos	(6.359)	250
IRPJ e CSLL Pago a maior em anos anteriores	-	9.063
Parcela adicional de 10%	12	18
Total	(1.199)	4.906

Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício:	2023	2022
Correntes	(1.443)	5.230
Diferidos	244	(324)
Total	(1.199)	4.906

11. RELACIONADAS: As transações com partes relacionadas referem-se substancialmente a mútuos a pagar e a receber de controladas, sendo os principais saldos e transações conforme a seguir descritos:

Saldos	2023	2022
Passivo não circulante - Dividendos a pagar - Controladores	7.045	7.045

12. IMOBILIZADO:

	Taxa anual de depreciação - %	2023	2022
Benfeitorias	10	5	16
Máquinas e equipamentos	10	110	92
Móveis e utensílios	10	25	27
Instalações	10	20	29
Total		160	164

13. IMPOSTOS A RECOLHER:

	2023	2022
Impostos Correntes:		
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	6.697	9.270
Contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS	1.208	1.173
Programa de Integração Social - PIS	209	254
Provisão IRPJ e CSLL	30	2.362
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	8	9
Imposto sobre Serviços - ISS	-	1
Outros	-	2
Total impostos a recolher	8.152	13.071

14. PARCELAMENTO DE TRIBUTOS:

	2023	2022
REFIS IV	4.752	5.519
ICMS Parcelamento Ordinário	4.790	2.781
Parcelamento simplificado - CDA	107	209
Total	9.649	8.509
Passivo circulante	3.316	2.273
Passivo não circulante	6.333	6.236
Total	9.649	8.509

15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO: a) Capital social: Em 31 de dezembro de 2023, o capital social da Companhia, no montante de R\$44.419 (R\$44.419 em 31 de dezembro de 2022), estava representado por 44.418.515 ações (44.418.515 ações em 31 de dezembro de 2022), todas ordinárias, nominativas e sem valor nominal. b) Reserva legal: Constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder 20% do capital social. Política de distribuição de lucros: A distribuição de lucros obedecerá às destinações de seu Estatuto Social, bem como à Lei das Sociedades Anônimas, o qual contém as seguintes destinações: • 5% para reserva legal, nos termos do item "c" acima. • Distribuição de dividendos mínimos obrigatórios, em percentual a ser definido em Assembleia Geral, respeitando as regras previstas na legislação vigente (mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, após a constituição de reserva legal e a formação de reserva para contingências. Conforme deliberações tomadas na Reunião do Conselho de Administração realizada em 30 de dezembro de 2016 e na Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 20 de janeiro de 2017, tendo em vista a modificação material da situação financeira da Companhia desde a declaração dos dividendos relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015, foi aprovada a suspensão do pagamento dos referidos dividendos até 31 de dezembro de 2017 ou até que a situação financeira da Companhia assim o permita.

16. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA:

	2023	2022
Receita de venda de mercadorias	239.519	279.761
Tributos estaduais	(29.068)	(27.681)
Tributos federais	(18.444)	(21.466)
Receita operacional líquida	192.007	230.614

17. INFORMAÇÕES SOBRE A NATUREZA DAS DESPESAS: A Companhia apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas com base na sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas reconhecidas na demonstração do resultado são apresentadas a seguir:

	2023	2022
Custo das mercadorias e dos serviços vendidos	(95.868)	(109.152)
Despesa com pessoal e encargos	(50.664)	(36.981)
Despesa com ocupação e manutenção predial	(4.480)	(3.170)
Serviços de terceiros	(10.318)	(11.902)
Fretes e logística	(5.971)	(6.795)
Informática e Telecomunicações	(5.512)	(4.714)
Viagens	(820)	(478)
Despesas Jurídicas	(3.816)	(3.943)
Outras despesas	(14.712)	(13.683)
Total	(192.161)	(190.818)

18. RESULTADO FINANCEIRO:

	2023	2022
Despesas financeiras:		
Juros passivos	(747)	(1.348)
Despesas e tarifas bancárias	(73)	(27)
Total	(820)	(1.375)

	2023	2022
Recursos financeiros:		
Juros ativos	14	208
Atualização Selic IR/CS Pago a maior (i)	1.229	3.201
Outras receitas	439	228
Total	1.682	3.637

Variação cambial
Variação cambial ativa
Variação cambial passiva
Total

19. INSTRUMENTOS FINANCEIROS: Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, considerável julgamento da Administração foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderiam ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de metodologias de mercado pode produzir efeitos diferentes nos valores de realização estimados. a) Gestão do risco de capital: Os objetivos da Companhia, ao administrar seu capital, são os de assegurar a continuidade das operações para oferecer retorno aos acionistas, além de manter uma estrutura de capital adequada para minimizar os custos a ela associados. A estrutura de capital da Companhia consiste em saldos de caixa e equivalentes de caixa (nota explicativa nº 6) e patrimônio líquido (nota explicativa nº 15). Periodicamente, a Administração revisa a estrutura de capital e sua habilidade de liquidar os seus passivos, bem como monitora tempestivamente o prazo médio de contas a receber, fornecedores e estoques, tomando as ações necessárias para mantê-los em níveis considerados adequados para a gestão financeira.

b) Categorias de instrumentos financeiros:

	2023	2022	2023	2022
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros - Empréstimos e recebíveis:				
Caixa e equivalentes de caixa	20	151	20	151
Contas a receber de clientes	108.432	102.984	108.432	102.984
Total	108.452	103.135	108.452	103.135
Passivos financeiros - Outros passivos financeiros:				
Fornecedores	7.073	21.952	7.073	21.952
Total	7.073	21.952	7.073	21.952

c) Valor justo de instrumentos financeiros: Os seguintes valores justos estimados foram determinados usando as informações de mercado disponíveis e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, um julgamento considerável é necessário para interpretar informações de mercado e estimar o valor justo. Assim, as estimativas aqui apresentadas não são necessariamente indicativas dos montantes que a Companhia poderia realizar no mercado atual. O uso de diferentes premissas de mercado e/ou metodologias de estimativas podem ter um efeito significativo nos valores justos estimados. O prazo médio de pagamento de 30 dias (121 dias em 31 de dezembro de 2022). A Administração é de opinião de que os instrumentos financeiros, que estão reconhecidos nas demonstrações financeiras pelos seus valores contábeis, não apresentam variações significativas em relação aos respectivos valores de mercado na data de encerramento de cada período de relatório. d) Riscos financeiros: As atividades da Companhia estão expostas a alguns riscos financeiros, tais como risco de mercado (juros e câmbio), risco de crédito, risco de liquidez e risco limitado ao valor do prêmio pago do derivativo que visa proteger a exposição de variação de preço da moeda. A gestão de risco é realizada pela Administração da Companhia segundo as políticas aprovadas pela Diretoria. A área de Tesouraria da Companhia identifica, avalia e protege contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais da Companhia. e) Gestão do risco de taxa de juros: A Companhia está exposta a riscos normais de mercado em decorrência de mudanças nas taxas de juros sobre os empréstimos tomados. Análise de sensibilidade da taxa de juros: A análise de sensibilidade foi determinada com base na exposição às taxas de juros dos ativos e passivos com taxas pós-fixadas e foi preparada assumindo que o valor do ativo e do passivo em aberto na data de encerramento de cada período de relatório esteve em aberto durante todo o exercício. Uma redução ou um aumento de 3% é utilizado para apresentar internamente os riscos de taxa de juros ao pessoal-chave da Administração e corresponde à avaliação da Administração das possíveis mudanças nas taxas de juros. Se as taxas de juros fossem 3% mais baixas/altas e todas as outras variáveis se mantivessem constantes, considerando que a Companhia apresenta uma posição de caixa positiva (aplicações financeiras em relação aos empréstimos tomados), o resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 diminuiria/aumentaria em R\$5 (R\$5 em 31 de dezembro de 2022). f) Gestão de risco de taxa de câmbio: As receitas da Companhia são em reais; o risco cambial decorre de eventuais operações comerciais, geradas, principalmente, pela importação de mercadorias em dólar norte-americano (US\$). Para minimizar sua exposição cambial, a Companhia faz o acompanhamento diário de sua condição. Uma vez definida uma importação relevante, são tomados por base o nível de preço de moeda que viabiliza a comercialização das mercadorias no mercado local dentro dos padrões de margem de lucros esperados e os prazos de entrega prováveis; a partir desse fato, define-se o preço de exercício e o vencimento que nortearão a contratação das opções de compra de dólar norte-americano. Em 2023, não ocorreram transações com instrumentos financeiros derivativos. g) Gestão de risco de crédito: As operações da Companhia compreendem o comércio varejista de artigos de vestuário e acessórios. As vendas são suportadas legalmente por pedidos de compra, contratos e outros instrumentos legais que venham a ser necessários. A Companhia adota procedimentos específicos de seletividade e análise da carteira de clientes, visando prevenir perdas por inadimplência. h) Gerenciamento do risco de liquidez: A Administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que se tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Em virtude da dinâmica de seus negócios, a Companhia mantém flexibilidade na captação de recursos, mediante manutenção de linhas de crédito bancárias, com algumas instituições. A tabela a seguir demonstra em detalhes o vencimento dos passivos financeiros contratados:

Operação	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Acima 5 anos	Total
Fornecedores	7.073	-	-	-	7.073
Parcelamento de tributos	3.316	2.463	2.988	882	9.649

20. COBERTURA DE SEGUROS: A Companhia adota uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância. As coberturas dos seguros, em valores de 31 de dezembro de 2023, são assim demonstradas:

	Limites contratados
Lucros cessantes	43.000
Incêndio - estabelecimentos (lojas, Centro de Distribuição e Matriz)	201.094
Responsabilidade de diretores - "Directors and Officers - D&O"	30.000
Veículos - apenas responsabilidade civil - importância máxima por veículo	300

21. AUTORIZAÇÃO PARA EMISSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS: Em 19 de abril de 2024, a Administração da Companhia irá deliberar AGO para divulgação das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

DIRETORIA	
Nelson Alvarenga Filho - Diretor Presidente	
Juliana Regina Guerra - Diretora Financeira	
Anderson Melo dos Santos - Contador CRC nº SP273454/O-1	

Economia

Nota

AGU QUER QUE MG PAGUE R\$ 2,3 BI DA DÍVIDA EM CASO DE PRORROGAÇÃO PARA ADERIR AO RRF

A Advocacia-Geral da União (AGU) defendeu, em manifestação enviada ao Supremo Tribunal Federal (STF), que o prazo para Minas Gerais aderir ao Regime de Recuperação Fiscal (RRF) seja prorrogado, no máximo, até o final de maio. O órgão se manifestou após o governador mineiro, Romeu Zema (Novo), pedir mais 180 dias para concluir a adesão. O prazo termina em abril. Em dezembro do ano passado, o ministro Nunes Marques, relator do processo, concedeu liminar que prorrogou por 120 dias todos os prazos em curso, que incluem benefícios financeiros concedidos pela União. A prorrogação deu fôlego para o estado renegociar uma dívida de R\$ 160 bilhões. A AGU também quer que qualquer nova prorrogação seja acompanhada de uma determinação para

retomada do pagamento, ao longo de 2024, de ao menos R\$ 2,3 bilhões. Essa quantia, segundo cálculo do Tesouro, corresponde ao que o Estado repassaria para a União no período caso o RRF estivesse homologado ainda em abril. Segundo o órgão, Minas Gerais se apóia há mais de nove anos em decisões judiciais provisórias para não realizar o pagamento. Por isso, a AGU defende que a medida é necessária para evitar que o Estado receba tratamento privilegiado em relação a outros entes federados.

Faros Participações S.A.

CNPJ/MF nº 42.152.763/0001-06 - NIRE 33.3.0034236-2

Rerratificação ao Edital de Convocação

Os diretores da Faros Participações S.A., inscrita no CNPJ sob nº 42.152.763/0001-06 e NIRE sob nº 33.3.0034236-2 ("Faros" ou "Companhia"), no uso das atribuições que lhe confere o artigo 123 da Lei 6.404/76 ("Lei das S.A."), vem promover a rerratificação do Edital de Convocação da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária que será realizada no dia 25 de abril de 2024 às 08 horas e 30 minutos, com primeira publicação realizada no dia 17 de abril de 2024 no Jornal Diário do Acionista à pg. 05 e na página digital, a fim de incluir, na Ordem do Dia o item relativo à deliberação sobre "a criação de ações preferenciais, a atribuição das preferências e a conversão de ações ordinárias em preferenciais", mantendo-se inalterados e ratificados os demais itens da Ordem do Dia. Assim, o Edital de Convocação é ajustado e passa a convocar os acionistas com a seguinte redação: Os diretores da Faros Participações S.A., inscrita no CNPJ sob nº 42.152.763/0001-06 e NIRE sob nº 33.3.0034236-2 ("Faros" ou "Companhia"), no uso das atribuições que lhe confere o artigo 123 da Lei 6.404/76 ("Lei das S.A."), convocam os acionistas da Faros, nos termos do artigo 124 da Lei das S.A., para a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a ser realizada no dia 25 de abril de 2024 às 08 horas e 30 minutos, de forma exclusivamente digital, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia, em AGO: (i) exame e aprovação das demonstrações financeiras e balanço patrimonial referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; (ii) aprovação da destinação dos resultados e distribuição de dividendos; em AGE (iii) o Protocolo e Justificação da Incorporação da Messem Partnership Ltda., sociedade empresária limitada, com sede na cidade de Caxias do Sul, RS, na Rua Alfredo Chaves, nº 1208, Sala 1908, Bairro Centro, CEP 95.020-460, inscrita no CNPJ sob nº 41.932.821/0001-43, com seus atos constitutivos registrados perante a Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Sul sob o NIRE 43209004121 ("Messsem") pela Companhia, celebrado em 10 de abril de 2024 ("Protocolo de Incorporação"); (iv) a ratificação da escolha dos Peritos da Baker Tilly Brasil RS Auditores Independentes - Sociedade Simples, sociedade estabelecida na cidade de Porto Alegre, na Rua Dr. Nilo Peçanha, nº 724, sala 502, Porto Alegre, RS, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob o nº 21.601.212/0001-02, registrada no Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul sob o nº 6706/0, para elaboração do laudo de avaliação do patrimônio da Messsem a valor contábil ("Laudo de Avaliação"); (v) aprovação do Laudo de Avaliação; (vi) a aprovação da incorporação da Messsem pela Companhia, e a consequente extinção da Messsem, nos termos do artigo 227, §3º da Lei das S.A.; (vii) autorização à administração da Companhia a praticar todos os atos necessários à efetivação das aprovações acima; (viii) alteração da denominação social da Companhia; (ix) eleição dos administradores da Companhia; (x) caso aprovadas as matérias da ordem do dia de itens anteriores, reforma geral do Estatuto Social da Companhia, cujas disposições e alterações serão disponibilizadas aos acionistas por e-mail antes da assembleia; (xi) a criação de ações preferenciais, a atribuição das preferências e a conversão de ações ordinárias em preferenciais e (xii) aprovação do 1º aditamento ao Acordo de Acionistas a ser firmado por todos os acionistas da Companhia. A assembleia será realizada na modalidade exclusivamente digital, nos termos do art. 124, §2º-A, da Lei nº 6.404/76 e da regulamentação aplicável e, apenas para fins legais, na sede social da Companhia, na cidade do Rio de Janeiro, RJ, na Avenida Atlântica, nº 1.130, ENT nº 1, 16º andar, Copacabana, CEP 22.021-000. Os acionistas poderão participar da Assembleia mediante participação e votação à distância, através da plataforma Microsoft Teams, conforme autorizado pela Lei nº 6.404/76, art. 124, §2º-A, e observado o regulamento disposto na IN 81/2020-DREI e suas alterações, podendo os acionistas votar pessoalmente, ou por meio de procurador devidamente constituído, com poderes específicos para participar e votar nas matérias da ordem do dia, desde que, nos termos do artigo 126, §1º, da Lei das S.A., o procurador, que seja acionista, administrador da Companhia ou advogado, tenha sido constituído há menos de 01 (um) ano, sendo necessária a apresentação do respectivo instrumento de mandato com reconhecimento de firma do outorgante, o qual deverá ser depositado na sede social da Companhia ou enviado através do e-mail juridico@farosinvestimentos.com.br, até às 16 horas do dia 24 de abril de 2024, sob pena do procurador não poder exercer o mandato. Todos os documentos atinentes à assembleia ora convocada, incluindo link de acesso ao sistema eletrônico para participação na assembleia, serão encaminhados diretamente aos acionistas nos respectivos endereços de e-mail constantes na base de dados da Sociedade. Ainda, eventuais documentos ou informações adicionais poderão ser solicitadas ao e-mail juridico@farosinvestimentos.com.br. Sem mais para o momento, subscrevemo-nos. Atenciosamente, Rio de Janeiro/RJ, 17 de abril de 2024. Faros Participações S.A. - Felipe Antônio Bichara e Samy Botsman

TRANSMISSORA PORTO ALEGRENSE DE ENERGIA S/A

CNPJ/MF nº 10.938.103/0001-50 - NIRE 333.0033445-9

EDITAL DE CONVOCACAO

ASSEMBLEIA GERAL ORDINARIA

Ficam convocados os senhores acionistas da TRANSMISSORA PORTO ALEGRENSE DE ENERGIA S/A, sociedade anônima, com sede na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Praia de Botafogo, nº 440, sala 1.801 (parte), Botafogo, CEP 22.250-040, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.938.103/0001-50 ("Companhia"), na forma do art. 13, parágrafo segundo, do Estatuto Social da Companhia, a ser reunirem em Assembleia Geral Ordinária ("AGO") a ser realizada em 30 de abril de 2024, às 15:00h, NA MODALIDADE ASSEMBLEIA DIGITAL, nos termos da Seção VIII, do Capítulo II, do Anexo V, da IN DREI nº 81/2020, sendo considerada realizada na sede da Companhia para os fins legais, com a finalidade de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (i) examinar, discutir e votar o Relatório da Administração e as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, acompanhadas das Notas Explicativas e do parecer dos Auditores Independentes; (ii) deliberar sobre a destinação dos resultados apurados no exercício social findo em 31 de dezembro de 2023; e (iii) autorizar a Diretoria da Companhia a praticar todos os atos necessários para formalizar e implementar as deliberações eventualmente aprovadas em AGO. Os documentos pertinentes às matérias que serão deliberadas na AGO, incluindo o Relatório da Administração e as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, se encontram à disposição dos acionistas na sede da Companhia e em seu endereço eletrônico: <http://lesta.com/taoe/> ("Website"). A ASSEMBLEIA SERÁ REALIZADA NA MODALIDADE DIGITAL E A PARTICIPAÇÃO DOS ACIONISTAS SERÁ APENAS A DISTÂNCIA, POR MEIO DE SISTEMA ELETRÔNICO, nos termos da Seção VIII, do Capítulo II, do Anexo V, da IN DREI nº 81/2020, mediante utilização da plataforma Microsoft Teams, conforme as instruções detalhadas contidas no Website. A fim de viabilizar o acesso à plataforma, os acionistas deverão enviar solicitação à Companhia pelo e-mail bruno.sieiro.ext@v2energia.com, com antecedência mínima de 30 minutos antes da realização da AGO (ou seja, até às 14:30 do horário de Brasília no dia 30 de abril de 2024), com a documentação comprobatória dos poderes do participante e observados os procedimentos detalhados no Website. A Companhia enviará as respectivas instruções para acesso ao sistema eletrônico de participação na AGO aos acionistas que tenham apresentado sua solicitação no prazo e nas condições acima.

Rio de Janeiro, 17 de abril de 2024.

José Guilherme Cruz Souza - Presidente do Conselho de Administração

EÓLICA MANGUE SECO 1 - GERADORA E COMERCIALIZADORA DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.

CNPJ/MF nº 11.643.458/0001-85 - NIRE 33.3.0034028-9

ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

REALIZADA EM 9 DE ABRIL DE 2024

DATA, HORA E LOCAL: Em 9 de abril de 2024, às 8:00 horas, na sede da Eólica Mangue Seco 1 - Geradora e Comercializadora de Energia Elétrica S.A. ("Companhia"), na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, Praia de Botafogo, nº 440, 18º andar (parte), Botafogo, CEP: 22.250-908. CONVOCAÇÃO E PRESEÇA: Dispensada a convocação prévia, tendo em vista a presença de todos os Conselheiros de Administração da Companhia. COMPOSIÇÃO DA MESA: Assumiu a presidência o Sr. Rodrigo Costa Rocha, que convidou a Sra. Cynthia Siconetto Lemos para secretariar os trabalhos. ORDEM DO DIA: Deliberar sobre a reeleição dos membros da Diretoria da Companhia. DELIBERAÇÕES: Por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições, após debates e discussões, os Membros do Conselho de Administração da Companhia aprovaram a reeleição das seguintes pessoas para compor a Diretoria da Companhia: Sr. Wagner Alexandre Serratto, brasileiro, casado, engenheiro, portador da carteira de identidade nº 5.347.493-4, expedida pelo SSP/PR, inscrito no CPF/ME sob o nº 997.036.459-68, com endereço comercial na cidade e Estado do Rio de Janeiro, Praia de Botafogo, nº 440, 18º andar (parte), Botafogo, CEP: 22.250-908 e Sra. Ana Paula Pousa Bacalchuc de Salles Fonseca, brasileira, casada, economista, portadora da carteira de identidade nº 09.712.232-9, expedida pelo DETRAN/RJ, inscrita no CPF/ME sob o nº 025.141.547-31, com endereço comercial na cidade e Estado do Rio de Janeiro, Praia de Botafogo, nº 440, 18º andar (parte), Botafogo, CEP: 22.250-908. Os Diretores ora eleitos terão mandato até 02 de maio de 2025 mediante a assinatura e apresentação dos respectivos termos de posse que integram a presente ata como Anexos I-A e I-B. Findas as deliberações, fica a administração da Companhia autorizada a praticar todos os atos, tomar todas as providências e adotar todas as medidas necessárias à formalização, efetivação e administração da deliberação desta Reunião, incluindo os registros públicos correspondentes. ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente deu por encerrados os trabalhos, suspendendo antes a sessão, para que se lavrasse a presente ata, que depois de lida, foi aprovada e assinada pela totalidade dos presentes. ASSINATURAS: Mesa: Rodrigo Costa Rocha (Presidente) e Cynthia Siconetto Lemos (Secretária). Conselheiros de Administração: José Guilherme Cruz Souza, Rodrigo Costa Rocha e Cynthia Siconetto Lemos. A presente é cópia fiel da original lavrada no Livro de Registro de Atas de Reunião do Conselho de Administração. Mesa: Rodrigo Costa Rocha - Presidente da Mesa, Cynthia Siconetto Lemos - Secretária. Membros do Conselho de Administração: José Guilherme Cruz Souza, Rodrigo Costa Rocha e Cynthia Siconetto Lemos. JUCERJA: Certifico o arquivamento em 17/04/2024 sob o nº 00006189941. Gabriel Oliveira de Souza Vói - Secretário Geral.

CRIMES AMBIENTAIS

Pecuarista pode ter de pagar mais de R\$ 5 bi em multas

POR MADSON EULER/ABRASIL

O pecuarista Claudécy Oliveira Lemes ficou em silêncio durante depoimento virtual realizado na terça-feira passada pela Polícia Civil de Mato Grosso. Ele é acusado de ter gastado mais de R\$ 25 milhões em ações de desmate químico, em áreas que totalizam 81 mil hectares no Pantanal

mato-grossense.

Segundo o Ministério Público do Mato Grosso, Claudécy terá que pagar R\$ 5,2 bilhões em multas aplicadas pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e valorização do dano ambiental, considerado o maior já registrado no Estado mato-grossense. Ele também já foi alvo de outras ações judiciais que resultaram na indisponibilidade de 11 fazen-

das, na apreensão judicial dos animais dessas propriedades e no embargo das áreas afetadas.

De acordo com as investigações, os crimes ambientais de uso irregular de agrotóxicos em área de vegetação nativa teriam sido praticados em imóveis rurais de propriedade de Claudécy, no município de Barão de Melgaço, a 121 km de Cuiabá.

O desmatamento ilegal teria

provocado a morte de árvores em pelo menos sete imóveis rurais, com a destruição de vegetação de área de preservação permanente e da biodiversidade. Entre julho e agosto de 2023, foram aplicados nove autos de infração e nove termos de embargo e interdição por causa de degradações ambientais que teriam sido praticadas pelo pecuarista.

ATAQUE AO MST

Câmara quer acelerar projeto que força desocupação de terra

LEVY TELES/AE

A Câmara dos Deputados continua a ofensiva contra o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e planeja acelerar a tramitação de mais um projeto de lei contra o grupo. Está na pauta do plenário um requerimento de urgência para uma proposta que permitirá ao dono de uma terra invadida pedir auxílio de força policial sem precisar recorrer de ordem judicial, bastando apenas apresentar a escritura do imóvel.

A aprovação da urgência as-

segura que o texto pode ir a votação diretamente no plenário, sem passar por análise em comissões. O líder do governo na Casa e deputados ligados ao movimento protestam contra a iniciativa do presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL).

"Ele (Lira) está em processo de vingança e fica colocando uma pauta contra o ministro (das Relações Institucionais Alexandre) Padilha, o que é um equívoco. Ele está fazendo uma pauta contra o presidente Lula", disse Paulão (PT-AL), que tem ligação com o MST, antes mes-

mo de a sessão começar.

Como mostrou o *Estadão*, dois episódios mobilizam a reação de Lira, do Centrão e da oposição: a principal delas foi a exoneração do primo do presidente da Câmara, César Lira, da superintendência do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) em Alagoas e a retomada das invasões de terra durante o "Abril Vermelho".

Foi a invasão de integrantes do MST na superintendência do Incra em Alagoas no ano passado, aliás, que foi o estopim para

abrir a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que investigou o movimento.

A indisposição de Lira com o governo segue em crescimento. Na semana passada, após o governo assegurar a prisão do deputado federal Chiquinho Brazão (sem partido-RJ) em votação no plenário da Câmara, Lira chamou Padilha de "incompetente" e "desafeto pessoal".

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) quem começou a ofensiva ainda na segunda-feira, passada, colocando em pauta projetos contra o MST.

CONGRESSO

Moraes vai à entrega de Código Civil no Senado e encontra Lira

GABRIEL DE SOUSA/AE

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes defendeu a regulamentação das redes sociais durante a sessão de apresentação do anteprojeto de reforma do Código Civil, realizada no plenário do Senado ontem. O magistrado afirmou, em discurso, que "éramos felizes e não sabíamos" antes das plataformas digitais. A responsabilização jurídica das empresas é um dos temas abordados na proposta de nova redação do código.

Antes da sessão, Moraes se encontrou com o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), diante da crise entre os Poderes, que inclui um movimento para criar uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para apurar supostos abusos de autoridade pelo magistrado e outros ministros do Supremo.

A presença do ministro ocorreu de última hora, um dia após a Casa aprovar em dois turnos a PEC das Drogas, que confronta o julgamento do STF sobre a descriminalização da maconha para uso pessoal. O texto, agora, será analisado pela Câmara.

De acordo com interlocutores do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), ouvidos pelo *Estadão*, Moraes avisou o senador sobre a sua presença minutos antes do início da sessão. A assessoria de Pacheco, por sua vez, informou que o ministro foi convidado previamente a compor a mesa da Casa.

Moraes afirmou que a atualização do Código Civil, vigente desde 2002, servirá para solucionar desentendimentos jurídicos. "Quanto mais moderna, quanto mais simplificada for, menos litígios vamos fazer surgir, menos problemas sociais

nós vamos ter", disse.

O anteprojeto foi elaborado por uma comissão composta por 40 juristas, presidida pelo ministro Luis Felipe Salomão, do Superior Tribunal de Justiça (STJ). Entre as mudanças propostas pelo grupo, estão a transmissão hereditária de contas nas redes sociais, critérios para criação de imagens de pessoas mortas por inteligência artificial, garantia do casamento civil para a população LGBTQIA+, reconhecimento jurídico de pets e regulamentação da doação de órgãos.

O Código Civil é um conjunto de normas que impactam o dia a dia dos cidadãos brasileiros, como regras sobre casamento, divórcio, herança e contratos. A atual legislação foi sancionada em 2002 e entrou em vigor no ano seguinte, em substituição à lei anterior, de 1916. Até 2023, o Congresso havia feito 63 alterações no código. A proposta de

mudanças feita pelo colegiado é ampla e sugere mais de mil revisões e atualizações na lei.

REUNIÃO COM LIRA

Antes de ir ao Senado, Moraes se encontrou com Lira. A reunião ocorreu no momento em que deputados da oposição ao governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) querem criar CPI apurar supostos abusos jurídicos cometidos por Moraes e outros ministros da Corte.

O pedido para a criação do colegiado foi protocolado no final de novembro, após a coleta de 171 assinaturas requeridas pelo Regimento Interno da Casa. Cinco meses depois, a CPI ainda não foi instalada por Lira, mas o alagoano pretende tirar o requerimento, junto com outros, da gaveta, como forma de responder ao novo atrato na relação entre o presidente da Câmara e o Palácio do Planalto.

GESTÃO TARCÍSIO

Polícia Militar de SP deflagra nova operação na Baixada Santista

Após o desaparecimento do policial militar Luca Romano Angerami, no domingo passado, no Guarujá, a Polícia Militar de São Paulo deflagrou nova operação na Baixada Santista, litoral paulista. Um homem de 36 anos foi preso, suspeito de participação no crime.

Segundo a Secretaria da Segurança Pública do Estado de São Paulo (SSP), cerca de 250 policiais foram deslocados para reforçar o policiamento, prender os envolvidos e auxiliar nas buscas pelo soldado.

A retomada do patrulhamento ostensivo na região ocorre menos de três semanas após o fim da Operação Verão, que foi criticada por entidades por causa da alta letalidade policial. Parentes de mortos e a Ouvidoria das Polícias de São Paulo falaram em supostos abusos das forças de segurança, o que é negada pela secretaria.

Na terça-feira, a PM localizou o corpo de um homem, ainda não identificado, na região do Guarujá. "O Corpo de Bombeiros foi acionado e retirou o corpo do local. A perícia foi acionada e as investigações seguem. Não há, no entanto, indícios de que se trate do policial desaparecido", acrescenta a pasta.

ENTENDA O CASO

Angerami está desapareci-

LIGAÇÃO COM PCC

Ônibus: prefeitura quer transparência em subsídios a empresas

A prefeitura de São Paulo publicou, na edição de terça-feira do Diário Oficial, projeto de lei (PL) para o orçamento de 2025, que propõe discriminar os subsídios pagos às empresas de ônibus, mostrando o valor usado para cobrir despesas correntes, como gastos com combustível, e o de aquisição de capital, como compra de ônibus. Apesar de constar no orçamento de 2025, a proposta diz que a medida será válida retroativamente para 2024. Questionada sobre a forma como são pagos os subsídios a essas empresas, a administração municipal respondeu, por meio de nota, que segue o disposto no Artigo 9º da Lei Federal 12.587/2012, nos artigos 11, VI, e Artigo 13 da Lei Municipal 13.241/2001, e no Artigo 18, Parágrafo único, do Decreto Municipal 58.200/2018.

"O subsídio, autorizado em lei federal, cumpre historicamente o papel de manter o sistema de transportes financeiramente equilibrado, mesmo quando as tarifas pagas pelos usuários não sejam suficientes para a cobertura total dos custos de operação do sistema. Dessa forma, evita-se a precarização do serviço ou o encarecimento da tarifa aos usuários, o que terminaria por desincentivar o uso do transporte público", diz a nota.

Segundo a prefeitura, a Secretaria Municipal da Fazenda estuda, de forma permanente, oportunidades de melhoria das informações contábeis e orçamentárias produzidas no âmbito municipal, de maneira a atender à legislação nacional, além de aumentar o grau de utilidade da informação contábil disponível.

A proposta apresentada no Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2025, com aplicação já em 2024, já vinha sendo estudada pela Secretaria da Fazenda em um contexto de aumento das despesas orçamentárias com o subsídio à tarifa de ônibus, em linha com a política pública municipal de estímulo ao transporte público. A medida reflete o empenho

do desde a madrugada de domingo. Conforme a SSP, o veículo onde ele estava foi encontrado no mesmo dia por policiais militares rodoviários. O carro estava abandonado na Rodovia Cônego Domênico Rangoni, mas ainda não há mais informações sobre o paradeiro do agente.

Ele foi identificado como integrante do efetivo do 3º Batalhão de Polícia Metropolitana, localizado na zona sul da capital paulista, segundo informações divulgadas pelo deputado estadual Major Mecca.

Ainda segundo a pasta, também no domingo, policiais realizavam buscas na Vila Santo Antônio, no Guarujá, quando abordaram um homem de 36 anos em atitude suspeita.

A secretaria afirmou que ele teria confessado, informalmente, ter participado de um suposto homicídio do policial, mas, ao ser conduzido à delegacia, teria manifestado o desejo de falar somente em juízo.

A Baixada Santista teve aumento do policiamento ostensivo durante a Operação Escudo, em agosto e setembro do ano passado, e na Operação Verão deste ano, entre dezembro e março. A mobilização policial ocorreu após mortes de agentes. O número de mortos nas duas operações policiais passa dos oitenta.

permanente da prefeitura para aumentar a transparência sobre o gasto público, seja na área de transportes ou em qualquer outra política pública municipal, acrescenta nota.

FIM DA LINHA

A medida vem depois da Operação Fim da Linha, do Ministério Público de São Paulo (MPSP), deflagrada para desbaratar um esquema de lavagem de recursos obtidos de forma ilícita pela facção criminosa Primeiro Comando da Capital (PCC). Foram presos diretores de duas empresas de ônibus que operam na cidade de São Paulo: Transwolf e Uppbus.

Responsáveis pelo transporte de cerca de 650 mil passageiros por dia e proprietárias de 1.365 ônibus, as duas companhias receberam R\$ 800 milhões da prefeitura de São Paulo em 2023. Logo em seguida à operação, a prefeitura anunciou que assumiria a operação das linhas de ônibus das duas empresas, que atuam, respectivamente, nas zonas sul e leste paulistana.

A Justiça deferiu 52 mandados de busca domiciliar, quatro de prisão e cinco medidas cautelares. No entanto, a operação resultou na prisão de nove pessoas, três delas em flagrante, e na apreensão de 11 armas, 813 munições diversas, R\$ 161 mil, computadores, HDs e pen drives, de forma permanente, oportunidades de melhoria das informações contábeis e orçamentárias produzidas no âmbito municipal, de maneira a atender à legislação nacional, além de aumentar o grau de utilidade da informação contábil disponível.

A proposta apresentada no Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2025, com aplicação já em 2024, já vinha sendo estudada pela Secretaria da Fazenda em um contexto de aumento das despesas orçamentárias com o subsídio à tarifa de ônibus, em linha com a política pública municipal de estímulo ao transporte público. A medida reflete o empenho

CÂMARA

Gleisi: ainda não há discussão no PT sobre nome que vai suceder Lira

POR RAFAELA FERREIRA/AE

A presidente do PT e deputada federal, Gleisi Hoffmann (PR), disse ontem, que, dentro do partido, ainda não há uma discussão sobre nome para disputar a sucessão de Arthur Lira (PP-AL) na presidência da Câmara dos Deputados. Segundo a petista, até o momento, também não há veto a nenhum possível candidato.

"Não temos essa discussão ainda e não temos veto a ninguém. O que dirige nossa posição na presidência da Câmara são alguns compromissos que o

próximo presidente tem que ter. Nós não vamos exigir definição ideológica, apoio a todas nossas ideias, não, mas alguns compromissos", disse em entrevista à Globonews.

Lira deve deixar o cargo de presidente da Casa no início de 2025, quando será realizada uma nova eleição. Ao ser questionada sobre uma candidatura pelo PT, a deputada afirmou que, a princípio, não tem uma definição, mas também não descarta possibilidade. "Não temos isso como objetivo, mas se for necessário para fazer o debate ou uma

disputa na Casa, não vemos problema."

A deputada também já sinalizou quais serão os critérios que devem levar o partido a apoiar um possível nome. Seguindo ela, candidato precisa ter estabilidade na Casa, respeito com os partidos e o tamanho das bancadas, além de previsibilidade nas pautas e discussões das sessões. "Ter estabilidade na Casa, para dar estabilidade ao governo e ao país. Isso não quer dizer que tem que concordar com tudo, mas ter uma relação que permita muito diálogo, que permita muitas

negociações e que ajude a enfrentar os problemas.

"Segundo, respeitar os partidos e os tamanhos das bancadas. O PT é a segunda maior bancada, então, é óbvio que o PT, por ser essa bancada, quer se ver representado nos espaços que a Câmara tem. Então, nós não queremos que tenha nada de subterfugio para nos tirar direitos que nós temos como bancada. Terceiro, ter o mínimo de previsibilidade nas pautas e discussões que a Casa vai ter. Não dá pra chegar 15 minutos antes da sessão ser instalada sem conhecer a pauta"

